



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DA MULHER E DA ACÇÃO SOCIAL

# Conferencia Internacional sobre a Protecção Social

*“Investir na protecção social básica é investir no capital humano”*

## Progressos de Moçambique na área da Segurança Social Básica

Maputo, 20 de Junho de 2012

# QUADRO POLITICO/LEGAL

- Em 2007, é aprovada a Lei de protecção Social - Lei n.º 4/2007, de 07 de Fevereiro.
- A Lei Protecção Social estrutura o sistema de protecção social em três pilares fundamentais:
  - **Segurança Social Obrigatória** destinada para os trabalhadores do sector privado e gerida pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério das Finanças para os funcionários do sector público;
  - **Segurança Social Básica**, gerida pelo Ministério da Mulher e da Acção Social e destinada para as populações mais pobres e vulneráveis;
  - **Segurança social Complementar** para os trabalhadores que queiram reforçar os seus sistemas de segurança social e para aqueles que trabalham a conta própria.

# QUADRO POLITICO/LEGAL<sub>(Cont...)</sub>

- Para a materialização desta Lei, o Governo aprovou em 2009 o Regulamento do Subsistema de Segurança Social Básica, através do Decreto n.º 85/2009, de 29 de Dezembro.
- O RSSSB define os direitos das pessoas mais vulneráveis bem como as competências do Governo na provisão da assistência social às pessoas mais necessitadas.
- Para orientar a intervenção na área de acção social foram também aprovadas e estão em implementação as seguintes políticas:
  - Política Nacional de Acção Social (1998)
  - Política de Género e Estratégia de Implementação (2005)
  - Política da Pessoa Portadora da Deficiência e Estratégia de Implementação (2002)
  - Política do Idoso e Estratégia de Implementação (2004)
  - Estratégia Nacional da Criança(1998).

# ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

Em 2010 o Governo aprovou, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2010 de 27 de Maio, a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (2010 – 2014), um meio que operacionaliza o RSSSB e atribui competências sectoriais na prestação da segurança social básica em Moçambique.

A ENSSB define quatro eixos fundamentais:

**1. Acção Social Directa**, coordenada pelo sector da Mulher e da Acção Social e que tem como objectivo providenciar a assistência directa às populações mais carenciadas;



# ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

(Cont...)

2. **Acção Social Escolar**, gerida pelo sector da educação através da implementação de programa que garantam o acesso a educação das crianças mais pobres;
3. **Acção Social da Saúde** coordenada pelo sector da Saúde com o objectivo de garantir a assistência medica e medicamentosa para as populações mais pobres e vulneráveis;
4. **Acção Social Produtiva**, com uma gestão partilhada pelos sectores que implementam actividades visando garantir a segurança social básica das populações mais pobres.

# ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

(Cont...)

A ENSSB estabelece 3 objectivos centrais:

1. Aumentar a cobertura e o impacto das intervenções da protecção social básica;

2. Aumentar a eficiência do sistema;

3. Assegurar a harmonização e coordenação dos diferentes programas e serviços.






# ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO *(Cont...)*

No âmbito da implementação da ENSSB, compete ao MMAS intervir nas seguintes componentes:

1. Transferências sociais monetárias por tempo indeterminado;
2. Transferências sociais por tempo determinado;
3. Serviços sociais de Acção Social;
4. Componente de Trabalhos Públicos no quadro da Acção Social Produtiva.

# REVISÃO DOS PROGRAMAS

- Em 2010 iniciamos o processo de revisão dos programas de Segurança Social Básica.
- Nesse ano os Programas de Assistência Social beneficiavam um total de **303.339** pessoas vulneráveis.
- Apesar da sua receptividade e incidência na resposta aos problemas enfrentados pelos grupos mais vulneráveis, verificou-se que os mesmos encontravam-se:
  - desintegrados,
  - focalizados nos indivíduos e não nas necessidades dos seus agregados familiares,
  - requerendo sua expansão e redimensionamento, de modo a garantir a sua maior eficiência e eficácia.



A Revisão culminou com a reformulação e redefinição dos Programas e da filosofia de implementação



# NOVA ESTRUTURA

## 1. Transferências Sociais Monetárias por Tempo Indeterminado:

- Programa Subsídio Social Básico

## 2. Transferências Sociais por Tempo Determinado:

- Programa Apoio Social Directo

## 3. Serviços Sociais de Acção Social:

- Programa Serviços Sociais da Acção Social

## 4. Programa Acção Social Produtiva:

- Componente de Trabalhos Públicos
- Componente de Geração de Rendimento





# PROGRAMA SUBSÍDIO SOCIAL BÁSICO

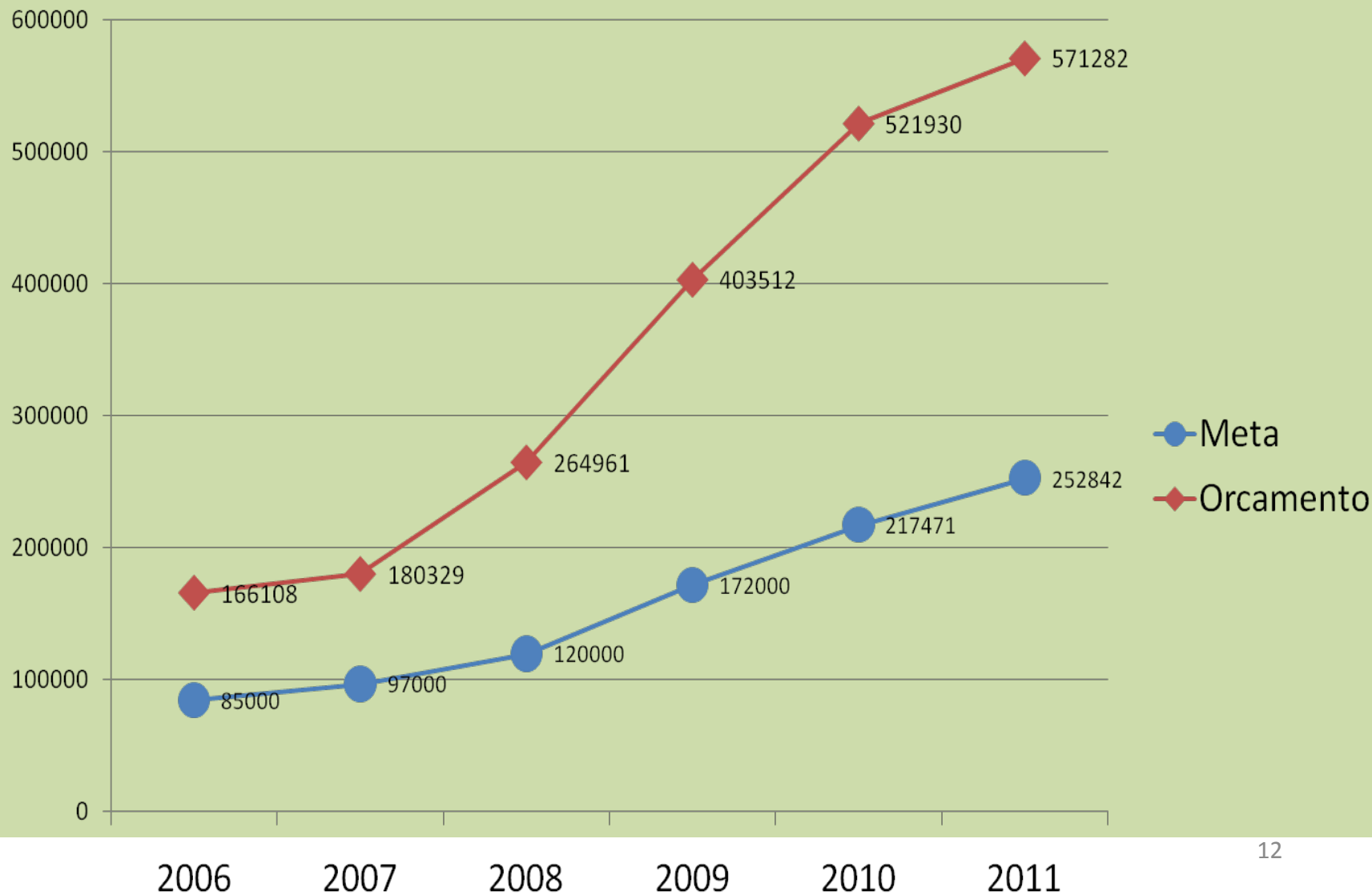


# PROGRAMA SUBSÍDIO SOCIAL BÁSICO

- **Programa Subsídio Social Básico** surge em substituição do actual Programa Subsídio de Alimentos:
  - Para além de satisfazer as necessidades alimentares, será usado para outras necessidades básicas não alimentares (sabão, petróleo) e irá contribuir para o investimento no capital humano (crianças) focalizando-se nos agregados familiares.
  - Tem como objectivo providenciar transferência monetária mensal aos agregados familiares sem membros com capacidade para o trabalho estimados em **378.000** agregados familiares, 97% os quais chefiados por pessoas idosas.
  - Agregados Familiares chefiados por:
    - Pessoas Idosas
    - Pessoas com Deficiência
    - Pessoas com doenças crónicas ou degenerativas
  - Transferência de o mínimo de 130 MT e o máximo de 380 MT, para um agregado até 4 pessoas.

# METAS E ORCAMENTO (2006-2011)

Valor=MTn=10<sup>3</sup>





# PROGRAMA APOIO SOCIAL DIRECTO



# PROGRAMA APOIO SOCIAL DIRECTO

No âmbito das transferências sociais por tempo determinado é implementado o **PASD**, com 2 componentes:

• ***Apoio pontual*** em materiais ou pagamento de serviços perante infortúnio que agravam a situação de vulnerabilidade.

• ***Apoio prolongado*** que consiste no apoio sistemático para um período determinado em função da tipologia do problema.

São disponibilizados os seguintes apoios:

- Apoio alimentar;
- Meios de compensação;
- Outros Serviços.

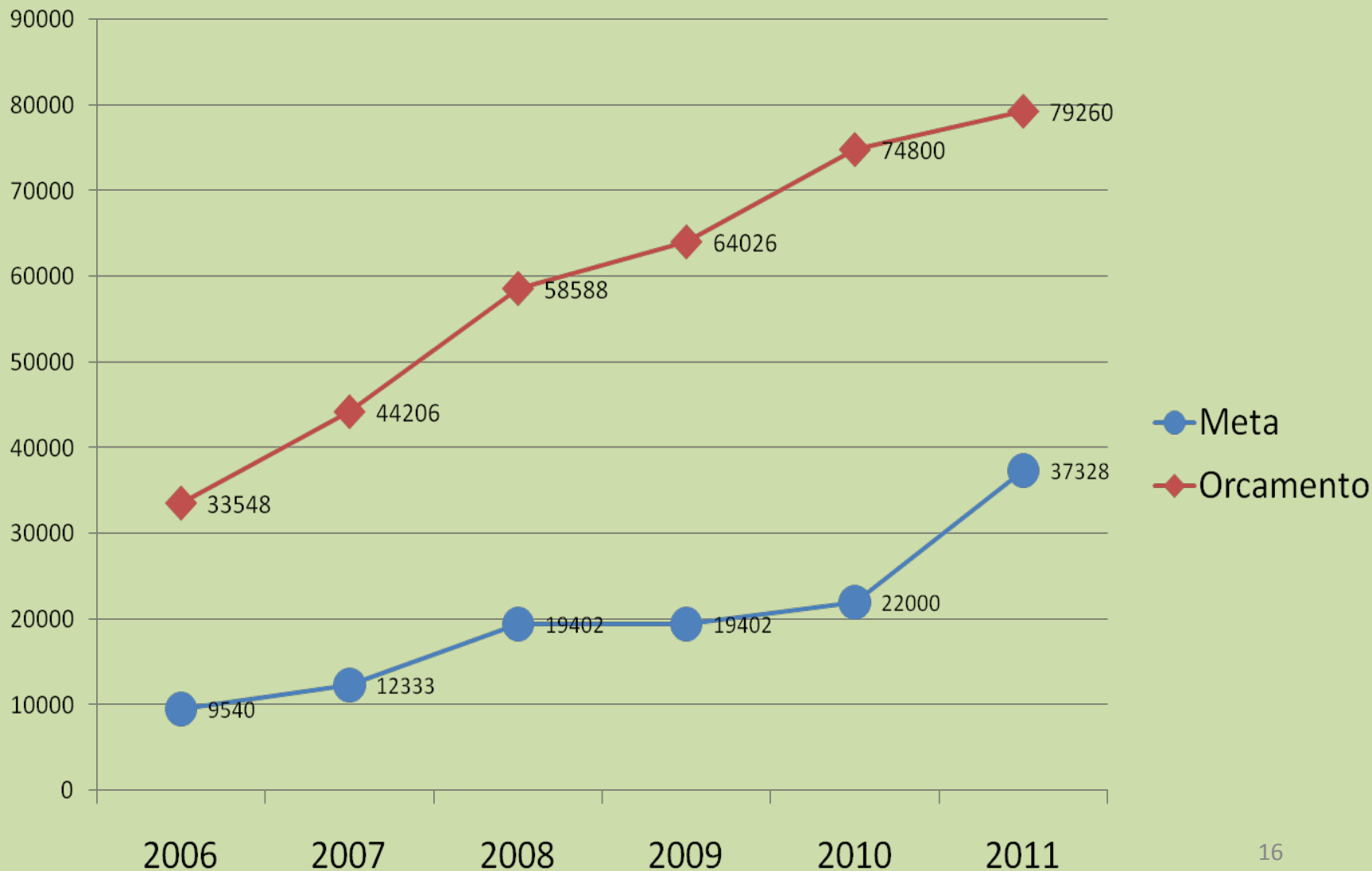
# PROGRAMA APOIO SOCIAL DIRECTO *(Cont.)*

## Grupos Alvo:

- AF chefiados por crianças de 12 a 18 anos;
- Famílias de acolhimento;
- AF com crianças em situação difícil;
- Pessoas assoladas por choques que agravam o seu grau de vulnerabilidade;
- Pessoas com deficiência, necessitando de meios de compensação;
- Pessoas com doenças crónicas ou degenerativas (acamados);
- Crianças, idosos e repatriados em processo de reunificação e/ou reintegração familiar;
- PVHS (em tratamento anti-retroviral, até 6 meses).
- Chefes de AF temporariamente incapacitadas para o trabalho.

# METAS E ORCAMENTO (2006-2011)

Valor=MTn=10<sup>3</sup>





# **PROGRAMA SERVIÇOS SOCIAIS DA ACÇÃO SOCIAL**



# PROGRAMA SERVIÇOS SOCIAIS DE ACÇÃO SOCIAL (Cont)



O Programa de Serviços Sociais de Acção Sociais, tem duas componentes, nomeadamente:

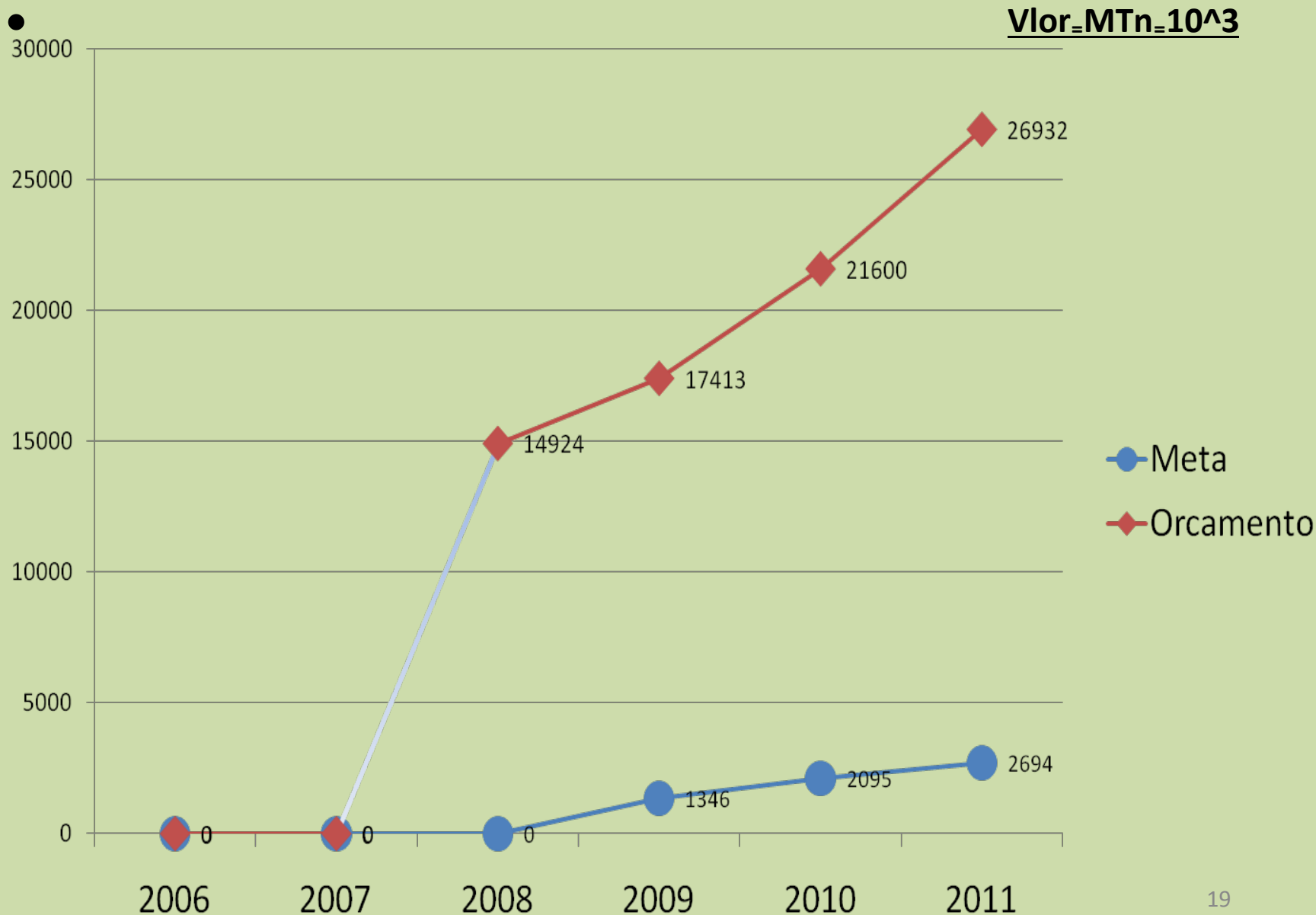


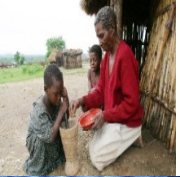
- ***Atendimento Institucional*** que consiste no acolhimento em unidades sociais públicas (Infantários, Centros de Apoio à Velhice, Centros de Trânsito, Centros de Acolhimento à Criança, Centros Aberto, Centros de Acolhimento de Pessoas com Deficiência Profunda abandonadas).
- ***Orientação e Reunificação Familiar*** no âmbito de combate à mendicidade e ao fenómeno da criança da/na rua, privilegiando o trabalho com a população de rua (crianças, idosos, pessoas com deficiências), através do apoio psico-social, a informação e orientação social e a sua reunificação familiar.





# METAS E ORCAMENTO (2008-2011)





# PROGRAMA ACÇÃO SOCIAL PRODUTIVA

# PROGRAMA ACÇÃO SOCIAL PRODUTIVA

- Tem como objectivo promover a inclusão socioeconómica das populações mais vulneráveis, com capacidades físicas para o trabalho.
- Deve responder aos problemas de insegurança alimentar crónica, agravada pelos choques e riscos estruturais e impactos das mudanças ambientais e/ou choques económicos.

Este Programa tem as seguintes componentes:

- Trabalhos públicos com o uso de mão-de-obra intensiva;
- Apoio ao desenvolvimento de iniciativas de geração de rendimentos.



# PROGRAMA ACÇÃO SOCIAL PRODUTIVA *(Cont.)*



São grupos alvo do Programa Acção Social Produtiva Agregados Familiares em situação de pobreza que possuam, pelo menos, um membro com capacidade para o trabalho. Neste grupo deverão ser priorizados:

- Agregados Familiares chefiados por mulheres;
- Agregados Familiares com pessoas com deficiência, doença crónica ou idoso;
- Agregados Familiares com crianças em situação de desnutrição;
- Agregados Familiares com alto nível de dependência;
- Famílias de Acolhimento.



# TRABALHOS PÚBLICOS COM O USO DE MÃO-DE-OBRA INTENSIVA



- Atribuição de uma transferência em troca de prestação de serviços públicos;
- Deve ser previsível para que o beneficiário possa planificar a estratégia de sua utilização,
- Valor equivalente à Linha de Pobreza estimada para 2012 (**655 MT**);
- Deve contemplar acções complementares, como sendo a disponibilização de serviços sociais;
- Agregados Familiares poderão participar num período máximo de 3 anos:
  - Um período de 4 meses nas zonas rurais e 6 meses nas zonas urbanas.
  - Os beneficiários irão trabalhar durante 4 dias úteis semanais, por um período de 4 horas diárias.





# TRABALHOS PÚBLICOS COM O USO DE MÃO-DE-OBRA INTENSIVA (*Cont.*)



## Nas zonas rurais:

- Será implementado por autoridades distritais concentrado nas zonas mais críticas, com destaque para as zonas áridas e semi-áridas;
- Os Agregados familiares poderão participar no Programa, anualmente, na época de menor actividade agrícola e maior insegurança alimentar



## Nas zonas urbanas:

- A componente de trabalhos públicos será implementada pelos Conselhos Municipais;
- Os participantes irão beneficiar-se de capacitação e orientação para aceder a outros programas levados a cabo pelo Governo para redução da pobreza a nível das Cidades e Distritos.



# TRABALHOS PÚBLICOS COM O USO DE MÃO-DE-OBRA INTENSIVA *(Cont.)*

- O Programa de Trabalhos Públicos com o uso de mão-de-obra Intensiva entre em vigor apartir de Julho do ano corrente e abrange, numa primeira fase, as províncias de Gaza, I.Bane, Manica e Sofala e os Municípios da Cidade de Maputo e de Manjacaze.
- Actualmente decorre o processo de capacitação dos técnicos ao nível dos Distritos para a implementação do Programa;
- A coordenação e articulação com as autoridades distritais e municipais para a identificação das actividades a serem desenvolvidas e selecção dos beneficiários.



# APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE GERAÇÃO DE RENDIMENTOS



- Complemento ao programa dos trabalhos públicos;
- Estabelecendo ligações com programas de várias instituições (*Programas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, as Feiras de insumos agrícolas, o Fundo Distrital de Desenvolvimento, fundos alocados no âmbito da implementação do PERPU, iniciativas de crédito agrícola, dentre outras*).

# ACÇÕES COMPLEMENTARES

## 1. Criação do Cartão e Caderneta de Assistência Social:


- Visa facilitar o acesso aos servidos sociais básicos prestados por pessoas publicas e privadas no âmbito dos princípios e prioridades definidas na politica da acção social.

### Vantagens:

- Eliminação das barreiras de atendimento dos grupos mais vulneráveis;
- Flexibilização do atendimento;
- Intervenção organizada e multifacetada;
- Possibilitar o acesso a outros serviços sociais;
- Controle dos processos e dos procedimentos de assistência social;
- Uniformização dos métodos na identificação dos grupos alvo



# ACÇÕES COMPLEMENTARES (Cont.)

- 
2. Criação do Conselho de Coordenação do Subsistema de Segurança Social Básica, através do Decreto n.º 85/2009, de 29 de Dezembro, do Conselho de Ministros;
  - São membros do Conselho os Ministros que superintendem os diferentes eixos do Subsistema nomeadamente:
    - Saúde, Educação, Trabalho, Planificação e Desenvolvimento, Finanças, Administração Estatal, Obras Publicas e Habitação, Agricultura;
  - Este mecanismo já esta em funcionamento.



# OUTRAS ACÇÕES COMPLEMENTARES

3. Apoio Psico-Social, tendo como base um sistema de acompanhamento de caso utilizando Comitês Comunitários;
4. Criação de uma base de dados centralizada;
5. Estudo de novas modalidades de entrega de serviços/benefícios;
6. Mapeamento de Vulnerabilidades;
7. Monitoria e avaliação dos programas;
8. Estabelecimento de um vínculo permanente e formal com uma figura que deve ser inserida no quadro de pessoal do INAS (agentes de acção social).

# ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO

- A implementação do eixo da Acção Social Directa, no âmbito da segurança social básica é feita através do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), uma instituição subordinada ao Ministério da Mulher e da Acção Social.
- O INAS está implantado em todo o país através de 30 Delegações que cobre as 10 Províncias mais cidade de Maputo e 280 distritos.
- Os eixos da Acção Social da Saúde, Escolar são implementados pelos respectivos sectores e o eixo da Acção Social produtiva, é de implementação partilhada (MMAS, MOPD, MOPH, MAE, MITRAB, MINAG...)





# ***Investir na Protecção Social Básica é Investir no Capital Humano***

**OBRIGADO PELA ATENÇÃO**